



CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041
Lei Federal Nº: 8.742/93 - Lei Municipal Nº: 038/2019
Japurá - Paraná

RESOLUÇÃO 06/2024

SUMULA: Dispõe sobre a devolução dos valores em conta do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao Recurso Federal, Portaria MC Nº 751/2022, aprovação da LOA 2025 e aprovação do Relatório de Gestão Financeira do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Japurá/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 038/2019 de 05 de dezembro de 2019, e considerando a deliberação em reunião ordinária desta comissão, ocorrida no dia 03 de setembro de 2024, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, sob ata nº 10.


RESOLVE:

Art.1º. Aprovar a devolução dos valores em conta do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao Recurso Federal, Portaria MC Nº 751, de 21 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, no valor de R\$ 455,39 (extrato de agosto de 2024) a ser corrigido posteriormente.

Art.2º Aprovar Relatório de Gestão Financeira do Fundo Municipal de Assistência Social, do 4º bimestre de 2024 (julho e agosto) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.13º Aprovar a Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2025, do município de Japurá/PR

[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Brasília, 300, Centro, CEP: 87222-000, Japurá/Paraná.
 Fone: (44) 3433-1327, Fax: (44) 3433-1300 - E-mail: pm@japurapa.pr.gov.br e/ou licit@japurapa@gmail.com
 CNPJ: 15.788.240/0001-39

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO N.º 67/2024
Pregão N.º 50/2024



OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS UTILIZANDO-SE DE MÁQUINA ESCAVADORA HIDRÁULICA EQUIPADA COM CONCHA ATENDENDO À SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS - PARADIOVÁRIO DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR


Passado o prazo recursal, torna-se pública a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:

MATERIAL: TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA		Descrição/Service		Unid.	Qtdm.	Preço	Preço
Item	Obs						
1		LOCAÇÃO DE MÁQUINA ESCAVADORA HIDRÁULICA EQUIPADA COM CONCHA COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MÁXIMO 2200L E CONCHA DE NO MÁXIMO 1,800 COM OPERADOR E OPERADOR, INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL, TRANSPORTE E MANUTENÇÃO, ALUGUELO, ENCARGOS E IMPOSTOS		HRA	500	380,00	190.000,00
TOTAL							190.000,00

Japurá, 02/10/2024

ADRIANA CRISTINA POLIZER
 Prefeita Municipal

	<p>CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA</p> <p>Rua Curitiba, 370 – Fone: (44) 3635-2474 Lei Municipal 017/2016 – Lei Federal 10.741/2003 Japurá – Paraná</p>
<p>RESOLUÇÃO Nº 03/2024</p>	
<p>SÚMULA: O C.M.D.P.I – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, aprova o Plano de Ação para a utilização da Instituição de Renda recebida no Fundo Mun. da Pessoa Idosa e Aprova a LOA do exercício de 2025.</p> <p>O C.M.D.P.I - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 017/2016.</p>	
<p>CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 16 de setembro de 2024. Ata nº 07/2024.</p>	
<p>RESOLVE</p>	
<p>Art.1º. Aprovar o Plano de Ação para a utilização da Instituição de Renda recebida no Fundo Mun. da Pessoa Idosa.</p> <p>Art.2º Aprovar a Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2025, do município de Japurá/PR.</p> <p>Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos contrários a 16 de setembro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.</p> <p style="text-align: right; margin-right: 100px;">Japurá, 02 de outubro de 2024.</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  BRUNA MANTOVANI Presidente do CMDPI </div>	



GUAPAREMA
MUNICÍPIO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

Estado do Paraná

Rua Paraná, 86 – Telégrafos (Rocô) 3084 1206 / 3084 1210
 CEP 87810-000 – CUN/PR 75. 378.844/0001-70
 e-mail: pmguaparema@guoel.com.br

XIX - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 5. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura - CIPQC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 6. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 7. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e ao Grupo de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 8. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter per – manente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 9. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territorial e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Parágrafo único. O regimento interno dispõe sobre o funcionamento do COMCULT, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaparema, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (02/10/2024).

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos contrários a 03 de setembro de 2024 e revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 26 de Setembro de 2024.


ANGELLA MARIA SOARES ALBERICO
PRESIDENTE DO CMAS

**Prefeitura Municipal de Japurá**
Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná.
Fone: (41) 3055-1322; Fax: (41) 3053-1200 - E-mail: pmj@japurá.pr.gov.br ou licitacao@gmail.com
CNPJ: 17.381.040/00-00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita do Município de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

HOMOLOGAR a Licitação nº. **67/2024**, referente ao Pregão nº. **50/2024**, que foi devidamente apreçada pela Assessoria Jurídica e pela Comissão de Licitação, designada pela Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria nº **14/2024**, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrada em que fica(n) classificada(s) a(s) empresa(s) abaixo mencionada(s), nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS UTILIZANDO-SE DE MÁQUINA ESCAVADORA HIDRÁULICA EQUIPADA COM CANGARÊ ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS - PÁRTO RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR**, sendo:


PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO E TRANSPORTES/TERMS						
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
01	LOCAÇÃO DE MÁQUINA ESCAVADORA HIDRÁULICA EQUIPADA COM CANGARÊ COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MÁXIMO 2,00m E CANGARÊ DE NO MÁXIMO 1,50m COM CANGARÊ DE NO MÁXIMO 1,50m, INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL, TRANSPORTES, MANUTENÇÃO E MANUTENÇÃO.	01	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00
TOTAL:				R\$ 500,00		R\$ 500,00

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de **12 Meses**, da assinatura do contrato.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedora(s), obedecidas as normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá, 02/10/2024.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

Estado do Paraná

Rua Par. 85 - Telêfas: (0xx41) 3684.1200 / 3684.1210
CNPJ 07.610.000-00 - CNPJ/ME 13.378.844-00001-70
e-mail: pmguaparema@uiw.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.137/2024

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT do Município de Guaparema e da outras providências.

Prêmbulo: Faço saber que a Câmara Municipal de Guaparema, Estado do Paraná, aprovou, e eu, GILBERTO CASTIGLIONI, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Educação e Cultura, com sede no Poder Público Municipal, sob o patrocínio da Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMAC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMAC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consorciadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, com regime regulamentar.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, didática e econômica da cultura, bem como o critério territorial.


§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Guaparema, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 2. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 06 membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – 01 (um) representante titular e seu respectivo suplente, indicado pelo Poder

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

Estado do Paraná
Rua Pádua, 10 - FONE: (41) 914-2122 / (41) 914-2121 / (41) 9145-2840
Site: www.municiodosao-manuel.pr.gov.br e e-mail: camara@municiodosao-manuel.pr.gov.br
CEP 87.211-000 São Manoel do Paraná - Paraná
CNPJ 1 - 88.988.671/0001-63




EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 069/2024 - PMSIP
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 18/2024 - PMSIP
CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede a Praça Paraná, nº 50, praça jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.505.877/0001-63.
CONTRATADA: ANTONIO MARCOS ALVES PEREIRA 4782632287, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.705.070/0001-24, sediada na Rua São João Salvador Jua, nº 43, Centro, CEP: 87.225-000, Telefone: (41) 95964-6800, no município de Alvarães - PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BARRACÕES RECREATIVOS, PARA REALIZAÇÃO NA FEIRA DE COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS, ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ.
VALOR GLOBAL: R\$ 9.784,08 (Nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oito centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01 de outubro de 2024.
FORTO: Comarca de Tenente, Estado do Paraná.

Papag. Município "Tree de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 02 de outubro de 2024.

ASSINADO TRESMAN
Petrão: Blomquist
(Original Assinado)

	<p align="center">CMDCA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Rua Curitiba, 370 – Fone: (44) 3635-1041 Lei Federal: 8.069/90-Lei Municipal: 010/2019 Japorã – Paraná</p>
	<p align="center">RESOLUÇÃO 16/2024</p>
<p>SÚMULA: Dispõe sobre a devolução dos valores em conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, referente aos recursos estaduais do FIA e aprovação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança – 4º Bimestre.</p>	<p>O C.M.D.C.A - O Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 010/2019.</p>
	<p align="center">CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 03 de setembro de 2024. Ata nº 14/2024.</p>
	<p align="center">RESOLVE</p>
<p>Art.1º. Aprovar a devolução dos valores em conta do Fundo Municipal Da Criança e do Adolescente, referente ao recurso Estadual, Deliberação nº 031/2017 - Programa Crescer em Família - Acolhimento Familiar, no valor de R\$ 147,63 (extrato de agosto de 2024) a ser corrigido posteriormente.</p>	
<p>Art.2º. Aprovar a devolução dos valores em conta do Fundo Municipal Da Criança e do Adolescente, referente ao recurso Estadual, Deliberação nº 047/2022 - Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, no valor de R\$ 2.360,25 (extrato de agosto de 2024) a ser corrigido posteriormente.</p>	
<p>Art.3º. Aprovar a devolução dos valores em conta do Fundo Municipal Da Criança e do Adolescente, referente ao recurso Estadual, Deliberação nº 078/2022 - Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do</p>	



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
SÃO MANOEL DO PARANÁ-PR
Lei de Criação nº 016/2010

CONVOCAÇÃO

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 07/10/2024, às 10 horas, no CRAS, sito a Avenida Rondon, 235 – Centro, conforme assuntos abaixo descritos:

PAUTA:


- 1- Abertura;
- 2- Demonstração das contas do Fundo;
- 3- Despesas executadas;
- 4- Execução da cadeia do Projeto Amigos;
- 5- Recurso municipal para o Fundo para o ano de 2025;
- 6- Inclusão de Fundo;
- 7- Encerramento.

Atenciosamente,

 Documento assinado digitalmente
assinado digitalmente por ANTONIO EMILACI SOUZA GUIVEIA
data: 2024.10.07 14:05:25 -03
certificado por: 2024.10.07 14:05:25 -03
certificado por: 2024.10.07 14:05:25 -03

ANTONIO EMILACI SOUZA GUIVEIA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Manoel do Paraná

Av. Rondon, 235, Centro CEP: 87215-000
Telefone: (44) 9.3576-3403 e-mail: cmca@saomanoelpr@gmail.com
São Manoel do Paraná – PR


PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx41) 3684.1210 / 3684.1210
CEP 87810-000 – CNP/MF 75.378.041-70
e-mail: guaparema@uol.com.br

II – 01 (um) representante titular e seu respectivo suplente da Secretaria de Educação e Cultura;
III – 01 (um) representante titular e seus respectivos suplentes da Escola Pública;
IV – 02 (dois) representantes titulares e seus respectivos suplentes da Sociedade Civil;
V – 01 (um) representante titular e seu respectivo suplente do segmento de Música e/ou Expressão Artísticas.

§ 1º. Os membros titulares e suplentes representativos do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º. Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município.

§ 4º. O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 3. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;
II - Comitê de Integração de Políticas Públicas da Cultura – CIPOC;
III - Colegiados Setoriais;
IV - Comissões Temáticas;
V - Grupos de Trabalho;
VI - Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 4. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal da Cultura – PMC;
II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
 Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (041) 3544-1114 e 3544-1100
 Site: www.sao Manoel do parana.pr.gov.br e e-mail: requerimentos@sao Manoel do parana.pr.gov.br
 CEP 87.215-000 São Manoel do Paraná - Paraná
 C N P J - 80.993.817/0001-63

EDITAL DE RESULTADO DA ELEIÇÃO DA CIPA

A Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná – PR, divulga o resultado da eleição da CIPA – Gestão 2024/2025, realizada no dia 01 de outubro de 2024.

Representantes dos Servidores e Empregados.

Total de votantes cadastrados: 173

NOME	FUNÇÃO	VOTOS
Francislaine Michelle De Oliveira Feireira	Auxiliar De Biblioteca /40	110
Luciano Alves Dos Santos	Vigia /40	36
Branco/ Nulos		6
Não Votaram		21



São Manoel do Paraná, 02 de outubro de 2024.




KAREN GIOVANNA FIORENZA DE SOUZA
 Vice Presidente da CIPA


Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, no valor de R\$ 117,59 (extrato de agosto de 2024) a ser corrigido posteriormente.

Art.4º. Aprova o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente do quarto bimestre do ano de 2024 (julho e agosto) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar.

Art.5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos contrários a 03 de setembro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 06 de Setembro de 2024.


APARECIDA ALVES MOREIRA BULLA
Presidente do CMDCA

	<p>CMDPI CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA</p> <p>Rua Curitiba, 370 – Fone: (44) 3635-2474 Lei Municipal 017/2016 – Lei Federal 10.741/2003 Japurá – Paraná</p>
--	---

RESOLUÇÃO Nº 02/2024

SÚMULA: O C.M.D.P.I – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, aprova a data da viagem referente a Deliberação nº 024/2023 - Incentivo Paraná Viaja Mais 60 e aprova a inscrição e emissão da DACI da instituição APMIF neste conselho

O C.M.D.P.I - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 017/2016.

CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 10 de junho de 2024. Ata nº 06/2024.

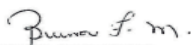
RESOLVE

Art.1º. Aprova o Plano de Trabalho da Deliberação nº 024/2023 - Incentivo Paraná Viaja Mais 60, com a data de 17 de setembro de 2024 para a viagem para Foz do Iguaçu/PR.

Art.2º. Aprova a inscrição da entidade Associação de Proteção a Maternidade, Infância e a Família – APMIF do município de Japurá/PR, CNPJ: 78.188.018/0001-56 nesse conselho, como também a emissão da Declaração Anual de Comprovação de Inscrição - DACI a APMIF.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos contrários a 10 de junho de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 02 de setembro de 2024.


BRUNA MANTOVANI
Presidente do CMDPI

**PREFEITURA MUNICIPAL**
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 - Telêfones: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87801-000 – CPMF/MF 375.378.94/0001-70
e-mail: gmpgouvapara@gmail.com.br

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Município de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X - Apreciar e aprovar as diretrizes orientadoras da Área da Cultura;

XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pela Prefeitura Municipal com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99;

Parágrafo único. O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC.

XII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Cultura para integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;



XIV - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVII - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Cultura – CMPC a elaboração e acompanhamento de matérias;

XVIII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.

	<p>CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</p> <p>Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041 Lei Municipal nº 029/2017 - Lei Federal 13.146/2015 Japurá - PR</p>
<p>RESOLUÇÃO 01/2024</p>	
<p>SUMULA: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, aprova a inscrição e emissão da DACI da instituição APMIF neste conselho.</p> <p>O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Japurá/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 029/2017 de 18 de setembro de 2017, e considerando a deliberação em reunião ordinária deste conselho, ocorrida no dia 16 de julho de 2024, sob ata nº 06.</p>	
<p>RESOLVE:</p>	
<p>Art.1º Aprova a inscrição da entidade Associação de Proteção à Maternidade, Infância e a Família – APMIF do município de Japurá/PR, CNPJ: 78.188.018/0001-56, nesse conselho, como também a emissão da Declaração Anual de Comprovação de Inscrição – DACI a APMIF.</p>	
<p>Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos contrários a 16 de julho de 2024 e revogando-se as disposições em contrário.</p>	
<p>Japurá, 02 de Outubro de 2024.</p>	
 DANIELE FERNANDES PRESIDENTE DO CMDPD	



Viação Real

Turismo  Onde a majestade é você!

Sua viagem de turismo agora está mais fácil. A Viação Real incorporou à sua frota de transporte coletivo novos ônibus, exclusivo para viagens pré-programadas.

Cianorte: Av. América, 494. Fone (44) 3629-2895
Paranavaí: Fone (44) 3045-1353
Maringá: (44) 3629-6219

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1138/2024

EMENTA: Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Guaporema, e dá outras providências.

PREÂMBULO: Fazer saber que a Câmara Municipal de Guaporema, Estado do Paraná aprovou, Eu, Gilberto Castiglioni, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições que lhe são conferidas por lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Guaporema e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os cidadãos e define prerrogativas que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Guaporema, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Guaporema.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Guaporema.

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Guaporema, em condições para o desenvolvimento e respeito à economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de planejar e implementar políticas públicas para:

I – assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II – universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III – contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V – combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI – promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII – qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII – democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX – estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X – consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI – intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII – contribuir para a promoção da cultura de paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se restringe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, a saber: liberdade política, econômica e social; oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

TÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os municípios o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I – o direito à identidade e à diversidade cultural;

II – livre criação e expressão;

III – o direito livre ao acesso à cultura;

IV – o direito à livre difusão;

V – o direito à livre participação nas decisões de política cultural;

VI – o direito autoral;

VII – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Guaporema, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infindáveis possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 15. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 16. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais dos cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

Art. 17. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município de Guaporema, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 18. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação de conselhos paritários, com de representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 19. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 20. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por todos os cidadãos.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 21. O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação, formação na área cultural, tendo como eixos de atuação a coordenação e a cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 22. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão com - partilhada com os demais entes federados da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 23. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a cultura nos programas, planos e ações estabelecidos no Sistema Municipal de Cultura são:

I – diversidade das expressões culturais;

II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementariedade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 24. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 25. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma paridade efetiva dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com os demais setores, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA

SEÇÃO I

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

DOS COMPONENTES

Art. 26. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - coordenação;

II - Secretaria Municipal de Cultura – SMEC;

III - instâncias de articulação, pactuação e deliberação;

IV - Conselho Municipal de Política Cultural;

V - Conferência Municipal de Cultura – CMCC;

VI - instrumentos de gestão;

VII - Plano Municipal de Cultura-FMC;

VIII - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC;

IX - sistemas setoriais de cultura.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC está articulado com os demais sistemas municipais, em especial, da educação, da cultura, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Art. 27. A Secretaria Municipal de Cultura – SMEC é órgão superior, subordinado ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 28. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura – SMEC, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I - Divisão municipal de Cultura

II - outras que venham a ser constituídas.

Art. 29. São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura – SMEC:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, articulando os Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os setores públicos e privados no âmbito do Município, articulando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressem a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - elaborar estudos das condições de produção e de preservação visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

X - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XI - estruturar e fomentar os eventos culturais do Município;

XII - estabelecer estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de apoio e incentivo;

XIII - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e instituições nacionais, federais e estaduais;

XIV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XV - realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMCC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVI - executar outras atividades com relações com as suas atribuições;

Art. 30. À Secretaria Municipal de Cultura – SMEC como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

II - promover a integração do Sistema Municipal de Cultura – SMC e a sociedade civil;

III - emitir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CBI e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias de interesse do Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SMC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estabelecidos no Sistema Municipal de Cultura;

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura;

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMCC.

SEÇÃO III
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 31. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita no presente Capítulo.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMCC

Art. 32. A Conferência Municipal de Cultura – CMCC constitui-se numa instância de participação social, em que concorre ativamente o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que compoem o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMCC analisar, aprovar normas, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e as respectivas revisões e atualizações.

§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMCC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos, em sessão pública, para discutir e aprovar as diretrizes e o plano de trabalho da Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMCC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMCC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMCC será, no mínimo, de dois terços dos de - legados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 33. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Plano Municipal de Cultura – PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMAF.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 34. O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e instituições vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMCC, desenvolvem Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias, metas e ações;

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento;

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIC

Art. 36. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais constituídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, consumo, consumo, agendas, programas, instituições e relações culturais, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º. O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIC.

Art. 37. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC tem como objetivos:

I - sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e suas revisões nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de desenvolvimento e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitora - mento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 38. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

Art. 39. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC estabelecerá parcerias com os entes federados, com o Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e com instituições especializadas - das na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas neste campo.

TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I
DOS RECURSOS

Art. 40. O Fundo Municipal de Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 41. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que contêm o Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Art. 42. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º. Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º. A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 43. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territoriais na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

Art. 44. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 45. O Município deverá tomar cuidado com os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com paridade e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 46. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 47. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 48. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura deverão estar em conformidade com a Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

Art. 49. O Município de deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 50. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 1080/2023

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (02/10/2024).

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

CMDDP.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE
Rua Curitiba, 370 – Fone: (44) 3635-1041
Lei Municipal: 029/2017 – Lei Federal 13.146/2015
Japurá – PR

RESOLUÇÃO 02/2024

SUMULA: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDDP, aprova a Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2025 do município de Japurá-PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDDP de Japurá-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 029/2017 de 18 de setembro de 2017, e considerando a deliberação em reunião ordinária deste conselho, ocorrida no dia 30 de agosto de 2024, sob ata nº 07.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2025, do município de Japurá-PR, referente ao que foi apresentado no Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos contrários a 30 de agosto de 2024 e revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 02 de Outubro de 2024.

Daniel e Fernandes
PRESIDENTE DO CMDDP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Par. 86 – Telêfax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uiol.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

EDITAL Nº 1025/2024 – DISPENSA ELETRÔNICA N.º 22/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos Sólidos Classe II-A.

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO da Prefeitura de Guaporema, senhor Claudio Batista Pereira, torna público, para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado declarou - se DESERTO, com base no laudo técnico de inabilitação emitido no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, conforme exigência do art. 3º, incisos I e II e §§ 2º e 3º, da Portaria 9.507, de 14 de abril de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Guaporema – Pr., 02 de outubro de 2024

Claudio Batista Pereira
Agente de Contratação

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 01/2024

A Comissão Eleitoral, nomeada através da Portaria nº 284/2024, abre inscrições para a eleição dos membros do Conselho de Administração/Delegativo da Autarquia JAPURÁ PREV, estabelece cronograma e dá outras providências.

Art. 1º – A Comissão Eleitoral, no uso de atribuições que lhe compete nos termos da Lei Complementar nº 39/2020, bem como do Regulamento para Eleição dos Membros do Conselho de Administração do JAPURÁ PREV, aprovado pelo Conselho de Administração da JAPURÁ PREV e homologado pelo Decreto nº 137/2024, torna público que estão abertas as inscrições para a escolha de membros do Conselho de Administração/Delegativo, para exercer mandato de 4 (quatro) anos, referente ao quadriênio 2025-2028.

Art. 2º – As vagas são destinadas para 03 (três) conselheiros titulares e respectivos suplentes, sendo elas preenchidas entre segurados ativos e/ou inativos.

§ 1º – Serão considerados eleitos para o Conselho de Administração, os candidatos que obtiverem maior número de votos válidos, pela ordem decrescente da votação obtida na proclamação do resultado da eleição.

§ 2º – Serão considerados suplentes, os candidatos imediatamente mais votados, após a composição dos membros efetivos do Conselho.

Art. 3º – Poderão se candidatar os servidores públicos estatutários do Município de Japurá e aposentados do JAPURÁ PREV que tenham entrado no serviço público do Município de Japurá até 31/12/2023, possa formação superior em qualquer área, não tenha sofrido condenação criminal ou ocorrido em algumas das demais situações de inelegibilidade e possuir

Assento Bolívar, 395 – CEP 87.225-000 – Fone: (44) 3635-1298 – jpapuraprev@gmail.com – Japurá - Paraná

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80

certificação e habilitação comprovadas conforme previsto no Artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717/98. Excepcionalmente, com relação à certificação, o candidato terá o prazo de 50 dias para obtê-la, conforme previsto no Artigo 11. Parágrafo Único do Regulamento Interno desta eleição, anexo do Decreto Municipal nº 137 de 25 de setembro de 2024.

§ 1º – Não poderá candidatar-se o servidor que tenha respondido processo administrativo junto à Administração Municipal, com decisão transitado em julgado e com decretação de penalidade, contado dos últimos 5 (cinco) anos, até a data do Edital de Convocação para as eleições; os servidores ativos que estejam em licença sem vencimentos; os servidores cedidos a outros órgãos não vinculados ao Município de Japurá, os servidores da JAPURÁ PREV e os servidores em mandato eletivo e mandato classista.

§ 2º – Os candidatos serão dispensados desde período, nos 15 dias que antecedem ao pleito eleitoral, sem prejuízo dos seus vencimentos.

§ 3º – Os candidatos serão dispensados no dia da eleição.

Art. 4º – As inscrições serão realizadas de 04 a 08 de novembro de 2024, na sede da JAPURÁ PREV, situada na Avenida Bolívar, 395, Centro, Japurá-PR, durante o horário de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

§ 1º – O requerimento da inscrição das candidaturas, conforme modelo do Anexo II, assinado pelo próprio candidato, será endereçado à Comissão Eleitoral, em duas vias e, instruído com os seguintes documentos:

a) Cópia de documento oficial de identificação com foto e CPF;

b) Declaração original expedida pelo DRH – Departamento de Recursos Humanos – do órgão de lotação, que não tenha respondido processo administrativo junto à Administração Municipal, com decisão transitado em

Assento Bolívar, 395 – CEP 87.225-000 – Fone: (44) 3635-1298 – jpapuraprev@gmail.com – Japurá - Paraná

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80

julgado e com decretação de penalidade, contado dos últimos 5 (cinco) anos;

a) Comprovação de escolaridade de formação superior;

b) Currículo, com a formação e experiência profissional;

a) 1 (uma) foto 3 a 4 colorida.

§ 2º – O número de cada candidato será definido pela Comissão Eleitoral, através de sorteio.

§ 3º – As condições de elegibilidade serão averiguadas pela Comissão Eleitoral que poderá verificar a situação funcional do candidato.

§ 4º – As impugnacões às candidaturas deverão ser protocoladas no dia 12 de novembro de 2024.

Art. 5º – As eleições serão híbridas, presencial e por carta, para atender os segurados que estejam residindo longe da sede do Município de Japurá.

§ 1º – Na modalidade “por carta”, esta deverá estar endereçada para o JAPURÁ PREVELEIÇÃO/2024, Avenida Bolívar, 395, Centro, CEP 87.225-000 e fará parte da contagem dos votos aquelas que chegarem até as 15 horas do dia anterior ao dia da eleição.

§ 2º – Na modalidade presencial terá início às 08h e término às 17h, no dia 06 de dezembro de 2024 (sexta-feira) no Plenário Vereador Nilton Berbet da Câmara Municipal de Japurá.

§ 3º – Após o término da votação, a Comissão Eleitoral fará o escrutínio com a participação de pelo menos dois eleitores que estiverem presentes no recinto da Câmara no horário final de votação.

Matrícula: _____ **Nome:** _____

CPF: _____ **Nome para cédula:** _____ **Data Nasc.:** _____

Escolaridade: _____

Endereço Completo: _____ **E-mail:** _____

Cargo eletivo: _____ **Telefone:** _____

Órgão/Secretaria de lotação: _____

Japurá, de 2024.

Assinatura Autorizada

Assento Bolívar, 395 – CEP 87.225-000 – Fone: (44) 3635-1298 – jpapuraprev@gmail.com – Japurá - Paraná

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80

Art. 6º – Todos os candidatos poderão fiscalizar os trabalhos de acompanhamento do pleito eleitoral por parte da Comissão Eleitoral.

Art. 7º – Poderão votar todos os servidores públicos municipais, ativos e inativos, segurados da JAPURÁ PREV, que tenham ingressado no serviço público municipal até 31 de dezembro de 2023, e que estejam em pleno gozo de seus direitos perante a autarquia previdenciária.

§ 1º – Não serão admitidos votos por procuração.

§ 2º – Os votos se darão através do CPF do segurado, não sendo permitida a realização de mais de um voto por eleitor, independentemente do acúmulo de cargos ou aposentadoria/pensão que detenha.

Art. 8

<div>  <div> MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS <i>Secretaria Municipal de Educação e Cultura</i> Rua 127 Nº 235-000 Fone/Fax 44 3674-1310 - CEP 75.784-35/0001-77 E-mail: educacao@indianopolis.pr.gov.br </div> </div>					
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ					
31	MARACUJÁ AZEDO	80	R\$	10,061	R\$ 946,80
32	MILANJA	50	R\$	5,627	R\$ 283,50
33	MILÃO TIPO BRANCO	150	R\$	11,030	R\$ 1.650,00
34	MILHO VERDE DESCAÇADO EM NATURA	200	l2	R\$ 12,71	R\$ 2.542,00
35	MORANGÃO	300	R\$	24,250	R\$ 7.275,00
36	OVO CARNEIRA	40	R\$	2,324	R\$ 93,00
37	PEPRINO	40	R\$	5,175	R\$ 207,00
38	PIRENTIA DOCE	85	R\$	12,33	R\$ 105,15
39	PIRENTIA VERDE	120	R\$	10,72	R\$ 1.286,40
40	PIYUÁ	80	R\$	18,360	R\$ 1.468,80
41	POPA DE FRUTA	85	R\$	23,864	R\$ 2.028,40
42	QUADRO	80	R\$	8,627	R\$ 690,56
43	REFOLHO TIPO MANTIGA	350	R\$	6,00	R\$ 2.100,00
44	SALSINHA	170	kg	R\$ 2,627	R\$ 446,59
45	TOMATE TIPO SALGUEIRO	85	R\$	15,00	R\$ 1.245,00
46	TOMATE TIPO SALGUEIRO	250	R\$	7,293	R\$ 1.823,00
47	YAGUEM	65	R\$	16,28	R\$ 959,20
TOTAL					R\$ 47.142,82
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 51.735,95 (Cinquenta e Um Mil, Setecentos e Trinta e Cinco Reais e Cinco Centavos).					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão obter informações pelo telefone (44)3674-1100, em conformidade com o Edital e no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de INDIANÓPOLIS-Pr, situada na Praça Carmelina, 150, Centro, no horário compreendido das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.					
<div> JULIANO TREVISAN CORDEIRO PREFEITO MUNICIPAL </div>					
<div> INDIANÓPOLIS, 01/10/2024. </div>					



CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA
PALÁCIO PREFEITO MANOEL JOSÉ SOARES
Av. Dr. Gastão de Mesquita Filho nº 778 - Fone (44) 3628-1374 - CEP 87.230-000
CNPJ/MF nº 779400210001-11 - Jussara - Estado do Paraná
Email: legisjussara@tjod.com.br
Site: www.camaraajussara.com.br

RESOLUÇÃO Nº 8,

26 de setembro de 2024.

AUTOR:
MESA DIRETORA.

EMENTA:
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE INCISO III AO ART. 57, INCLUI ARTIGOS E PARÁGRAFOS E ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 198, 199 E 200 DA RESOLUÇÃO Nº 02/90 (REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, VINICIUS VALENTINI DIAS, PRESIDENTE, PROMULGO A SEQUINTE,

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica acrescentado o inciso III do artigo 57 da Resolução nº 02/90 (Regimento Interno da Câmara de Vereadores), o qual passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 57 (...)

I -

(...)

III - quanto ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas e elaborar à redação final do projeto de decreto legislativo relativo à prestação de contas do Prefeito.

Art. 2º Incluem artigos e parágrafos e altera as redações dos artigos 198 ao 200 da Resolução nº 02/90 (Regimento Interno da Câmara de Vereadores), o qual passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 198. Recebido o respectivo parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, acerca das contas do Prefeito Municipal o procedimento terá o seguinte rito:

I - Recebido e protocolado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal encaminhará para leitura na primeira sessão plenária;

II - O Presidente encaminhará para Comissão de Finanças e Orçamento que publicará um aviso no site da Câmara Municipal informando que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito Municipal estará disponível pelo prazo de 60 dias na Câmara Municipal.

a) Durante o prazo do edital o procedimento ficará suspenso.

Art. 198-A. Após o término do prazo do inc. II do art. 198, a Comissão de Finanças e Orçamento notificará o gestor das contas em análise, caso queira

apresente a defesa quanto ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas, e eventuais questionamentos recebidos pela consulta pública, no prazo de 15 dias úteis.

Art. 198-B. A notificação será feita:

I - por ofício, protocolado na sede do Município;

II - por meio eletrônico, assegurada a sua certificação digital;

III - via postal, mediante carta registrada com aviso de recebimento;

IV - por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o interessado, a ser publicado uma só vez na Imprensa Oficial do Município.

§ 1º A notificação de agente público é válida quando recebida por servidor ou empregado da respectiva entidade.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber.

Art. 198-C. Encerrando o prazo do contraditório do Gestor das Contas ora analisada, a Comissão de Finanças e Orçamento deverá elaborar seu voto no prazo de quinze dias, com base em todas as informações recolhidas, como:

I - análise feita durante o ano junto as Secretarias do Município;

II - análise do Parecer Prévio do Tribunal de Contas;

III - análise quanto às impugnações da sociedade se houver e;

IV - análise quanto a defesa do Gestor das Contas.

§ 1º A Comissão de Finanças e Orçamento realizará as diligências que entenderem necessárias para instrução do processo.

§ 2º O prazo do caput, poderá ser prorrogado por uma única vez, desde não comprometa o período total previsto para análise e julgamento das contas.

§ 3º Exarado o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, e elaborado o Projeto de Decreto Legislativo, deverá ser enviado para o interessado que poderá apresentar alegações finais no prazo de quinze dias.

§ 4º Esgotado o prazo do § 3º, o Projeto de Decreto Legislativo será encaminhado aos vereadores para ciência da decisão da Comissão de Finanças e Orçamento e terão três dias para análise do parecer da Comissão e deverá:

I - elaborar seu voto no caso de divergir do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, devendo considerar o parecer prévio, a defesa do gestor das contas, inclusive as alegações finais.

198-D. Superado o prazo do § 4º o Presidente da Câmara terá até três sessões para fazer incluir o mesmo na pauta e Ordem do Dia, dando ciência ao interessado do dia e hora da sessão de julgamento bem como do teor do pronunciamento final da Comissão para que, querendo, compareça à sessão de julgamento;

I - Durante a sessão, o interessado ou o procurador por ele constituído, poderá realizar sustentação oral por até quinze minutos, não podendo ser interrompido nem apartado.

II - Cada vereador terá a prerrogativa de usar a palavra por até três minutos, para expor seu voto e as respectivas razões, sem apartes.

§ 1º As contas serão julgadas;

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a eficácia e a economicidade dos atos de governo do responsável, bem como o atendimento às metas e objetivos;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedades ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte danos ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) infração à norma legal ou regulamentar;

c) desfalque ou desvio de dinheiro bens ou valores públicos;

d) desvio de finalidade;

e) dano ao erário.

f) no caso de reincidência no descumprimento de ressalva estabelecida em julgamento anterior e relacionado à prestação de contas.

§ 2º Considerar-se-á rejeitado o parecer do Tribunal de Contas se receber o voto contrário de dois terços dos vereadores, caso em que a Mesa Diretora elaborará a redação final de acordo com o resultado da votação;

§ 3º Além do quórum necessário para rejeitar o parecer Prévio do Tribunal de Contas, os vereadores deverão apresentar as razões por escrito com todas as fundamentações possíveis.

Art. 199. A Câmara Municipal terá o prazo de cento e vinte dias, contados do recebimento dos processos do Tribunal de Contas, para julgar as contas do Prefeito Municipal, não fluindo este prazo durante o recesso parlamentar.

I - O não julgamento das contas no prazo do caput, ocasionará o trancamento da pauta até a análise definitiva das contas.

II - Eventual inércia dos membros da Comissão de Orçamento e Finanças em torno dos procedimentos e prazos previstos neste capítulo, implicará em sua destituição do cargo, apurando a respectiva responsabilidade.

III - Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

§ 1º As sessões em que se discutem as contas do gestor do Município terão a Ordem do Dia exclusivamente para essa finalidade.

§ 2º O Decreto Legislativo sobre a prestação de contas do Prefeito Municipal será publicado no Órgão Oficial do Município e no site da Câmara Municipal de Sabáudia.

Art. 200. Publicado o decreto legislativo, o interessado poderá apresentar recurso dirigido ao Presidente da Câmara em até quinze dias úteis, acompanhado das razões.

§ 1º O recurso será examinado em até quinze dias por uma comissão especial, que terá composição diversa da Comissão de Finanças e Orçamento, assegurada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

§ 2º O julgamento do recurso observará as formalidades do processo das contas, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 198.

§ 3º A reversão do resultado dependerá do voto de dois terços dos vereadores, expedindo-se, se o caso, novo decreto legislativo.

Art. 200-A. Publicado o decreto legislativo, o interessado poderá apresentar recurso dirigido ao Presidente da Câmara em até quinze dias úteis, acompanhado das razões.

§ 1º O recurso será examinado em até quinze dias por uma comissão especial, que terá composição diversa da Comissão de Finanças e Orçamento, assegurada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

§ 2º O julgamento do recurso observará as formalidades do processo das contas, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 198-D.

§ 3º A reversão do resultado dependerá do voto de dois terços dos vereadores, expedindo-se, se o caso, novo decreto legislativo.

Art. 200-B. O procedimento estabelecido nesta Resolução será aplicado para a análise e julgamento de contas a partir do exercício financeiro de 2022.

Parágrafo único. Será adotado o procedimento até então vigente para a análise e julgamento das contas anteriores ao exercício financeiro de 2021.

Art. 3º O procedimento estabelecido nesta Resolução será aplicado para a análise e julgamento de contas a partir do exercício financeiro de 2022.

Parágrafo único. Será adotado o procedimento até então vigente para a análise e julgamento das contas anteriores ao exercício financeiro de 2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, respeitando-se o contido no artigo anterior.

Edifício da Câmara Municipal de Jussara, Estado do Paraná,
Aos 26 de setembro de 2024.

Vinicius Valentini Dias
Presidente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO Nº 6797/2024

“DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA, PELO FALECIMENTO DO SR. ORLANDO NALIN”.
O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO IX DO ART. 69 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA.

DECRETA:

Art. 1º - Ponto facultativo no Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato e Pátio Municipal, Industriais, Estabelecimento de Créditos e Comércio em Geral no dia 02 de outubro no período vespertino.

Art. 2º - Excluem-se do presente o setor de licitação e demais setores.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFAITO

Aos 02 de outubro de 2024.

ROBISON PEDROSO DA SILVA:00710069901

Assinado de forma digital por ROBISON PEDROSO DA SILVA:00710069901
Data: 2024.10.02 10:13:38 -03'00'

ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



ATA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - FOMENTO AO AUDIOVISUAL - GUAPOREMA - PARANÁ. Aos 02 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro (02/10/2024), os membros de Avaliação e Seleção de Projetos e Propostas Culturais reuniram-se para avaliação das propostas e projetos inscritos no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 - FOMENTO AO AUDIOVISUAL, que oferece o 1º lugar em apoio à Realização de ação de Formação Audiovisual (contendo candidato inscrito para esse edital, não tendo inscritos na vaga de cotas e a vaga foi devidamente preenchida de acordo com as solicitações sem onerar o descumprir qualquer exigência. Assim após análise em consonância com os critérios estabelecidos no edital, a comissão avaliadora, concorda que a pontuação mínima para classificação é de 70 pontos e o máximo de pontuação, incluindo 20 pontos da pontuação diferenciada (grupo minorizados), é de 120 pontos. A comissão concorda com o seguinte resultado:

AVALIAÇÃO DE MÉRITO CAPACITAÇÃO NO AUDIOVISUAL - Inciso III					
NOME DO INSCRITO OU RAZÃO SOCIAL	CNPJ	DESCRIÇÃO	VALOR DO PROJETO	PONTUAÇÃO DIFERENCIADA	PONTUAÇÃO TOTAL
Rogério Rodrigues Melo	29.675.664.0001/32	CURSO LIVRE DE CAPACITAÇÃO NO AUDIOVISUAL	4.373,42	0	96

Segue abaixo assinatura dos membros da comissão avaliadora, conforme Edital 002/2024.

Os inscritos poderão apresentar recurso no prazo de 03 dias úteis, conforme Decreto nº 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, caso concorde com resultado, enviar certidões negativas de débitos e dados bancários para elaboração do termo de execução cultural.

Nome: *João Carlos*
Membro (Comissão Especial) de Avaliação

Nome: *Silvia Maria de Fátima Barbosa*
Membro da Comissão Especial de Avaliação

Nome: *Roberto*
Membro da Comissão Especial de Avaliação

ATA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA PRIMA TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDI BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (Lei nº 14.399/2022) - GUAPOREMA - PARANÁ

No dia 2º de mês de outubro de dois mil e vinte e quatro (02/10/2024) o Município de Guaporema - Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Departamento de Cultura, reuniram-se para avaliação das propostas e projetos inscritos no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS (PNAB), que oferece um total de 02 vagas para 01 projeto de formação / capacitação cultural que deverá ser realizado em Guaporema - Paraná, no valor de R\$ 7.920,00, podendo ser da área de artes plásticas, audiovisual, artesanato, artes cênicas, música, dança e outras e 01 projeto, na área de música, artes plásticas, audiovisual, artesanato, artes cênicas, dança e outras. Tatiane Grazielle Castano Campos, a Sra. Vilma Macário Coimbra Barbosa e a Sra. Jeanne de Oliveira Araújo. Após análise em consonância com os critérios estabelecidos no item 12, do Edital, a comissão avaliadora, concorda que a pontuação mínima para classificação é de 50 pontos e a pontuação máxima é 105 pontos. A pontuação final (descrita na tabela abaixo) de cada candidatura é por média das notas dos avaliadores, que compõe o seguinte resultado:

CLASSIFICAÇÃO NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO	NOME	CNPJ	PROJETO	ÁREA DE AÇÃO DO PROJETO	VALOR DO PROJETO	MÉDIA DAS NOTAS	SITUAÇÃO
1.	Fátima Aparecida Coratini da Silva	49.511.695/0001-65	Show Wesley A. Karli e Convidados	Show Musical	17.080,00	117	CLASSIFICADO
2.	Rosângela Maria Galindo	19.718.915/0001-86	Teatro em Cena, descobrindo talentos	Formação/Capacitação cultural - Teatro, nas áreas periféricas	7.920,00	104	CLASSIFICADO
3.	Rogério Rodrigues Melo	29.675.664/0001-32	Cultura em cena. Celebrando a diversidade em Guaporema	Show Musical	17.080,00	102	1º SUPLENTE

4.	Marciana Aparecida Bonfim Gonçalves de Oliveira	42.823.027/0001-24	Show da Banda Sra. Mele	Show Musical	17.080,00	89	2º SUPLENTE
5.	Eliene Gonçalves de Oliveira	45.425.986/0001-80	Conexão Music	Show Musical	17.080,00	85	3º SUPLENTE
6.	Wagner Reginald Brogato	50.712.505/0001-57	Rock Dupai	Show Musical	17.080,00	78	4º SUPLENTE
7.	Valdir Santana	645.111.389-15	Dúdi Covers	Show Musical	17.080,00	00	DESCARIFICADO FALTA FORMULÁRIO ANEXO I

Segue abaixo assinatura dos membros da comissão avaliadora, conforme Edital 001/2024 (PNAB).

Os inscritos terão o prazo de 03 (três) dias para recorrer, conforme item 12 do Edital. Não havendo interposição de recurso, esta ata será considerada como resultado final da fase de MÉRITO.

Nome: *Vanda Ferreira Machado*
Coordenadora da comissão de análise de mérito

Nome: *Vilma Macário Coimbra Barbosa*
Membro da comissão de análise de mérito

Nome: *Tatiane Grazielle Castano Campos*
Membro da comissão de análise de mérito



Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ: 75.281.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FRECHIO, 248 - FONE: (0xx44) 3567-1280
e-mail: prefeiturasaotome@gmail.com
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 01

CONTRATO Nº 86/2023

Licitação Nº 113/2023

Pregão Nº 37/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ

CONTRATADO: V. E. R. F. PECAS E SERVICOS LTDA

OBJETO: Prazo de vigência do CONTRATO Nº 86/2023, até o dia 18/10/2025, do qual a contratada sua vencedora no Processo Licitatório nº. 113/2023, Pregão Nº 37/2023. E também o acréscimo de 25 % (vinte e cinco) por cento dos itens relacionados abaixo, totalizando o valor de R\$ 18.139,55 (dezoito mil cento e trinta e nove e cinquenta e cinco reais), conforme permissivo artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 01/10/2024.

OCELO CESAR FERREIRA LEITE
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363 - Centro - Fone: (44) 3635-1327 - Fax: (44) 3635-1300
e-mail: contabilidade@japura.pr.gov.br - CEP: 87225-000 - CNPJ: 75.788.349/0001-39 - Japurá/PR
Estado do Paraná

DECRETO Nº 134/2024

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 33 de 28/11/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R\$ 223.468,10 (Duzentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e oito reais e dez centavos), para atender despesas não previstas no orçamento programa em execução, conforme segue:

Despesa	10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acrescimo	20.600,00
	10.001 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Cancel.	
	10.301.0006.2048 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município		
1560	3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
	01051 Transferências provenientes do Governo Federal		
	10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acrescimo	3.300,00
	10.002 DIVISÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	Cancel.	
	10.302.0006.2049 Manutenção de Consórcio em Saúde		
1950	3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
	00000 Recursos Ordinários (Líves)		
	11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acrescimo	300,00
	11.001 DIVISÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	08.244.0008.2059 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS		
2570	3.1.91.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
	00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - BL PSB FNAS		
	11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acrescimo	1.171,12
	11.001 DIVISÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSIST. SOCIAL	Superáv	
	08.244.0008.2059 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS		
2734	4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
	00938 Bloco de Financiamento Proteção Social Especial-BL PSEM FNAS		
	11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acrescimo	1.245,65
	11.001 DIVISÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSIST. SOCIAL	Cancel.	
	08.244.0008.2059 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS		
2736	4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
	01022 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS		
	11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acrescimo	1.891,33
	11.002 DIVISÃO DE PROT. SOCIAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	Super.	
	08.243.0009.6062 Assistência a Criança/ Adolescente em situação de Vulnerabilidade Social		
2820	3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
	00000 Recursos Ordinários (Líves)		



Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363 - Centro - Fone: (44) 3635-1327 - Fax: (44) 3635-1300
e-mail: contabilidade@japura.pr.gov.br - CEP: 87225-000 - CNPJ: 75.788.349/0001-39 - Japurá/PR
Estado do Paraná

11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.003 DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO IDOSO

08.241.0008.2066 Atendimento e Manutenção da Proteção Social Básica para o Idoso

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2924 00900 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - LN RFB nº 1131/2011

11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.003 DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO IDOSO

08.241.0008.2066 Atendimento e Manutenção da Proteção Social Básica para o Idoso

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2922 01950 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - LN RFB nº 1131/2011

12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

12.361.0013.2079 Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental

3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PAT